

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	5
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Política de gerenciamento de riscos

Devido a estrutura reduzida da Companhia, a Administração optou pela não implementação de uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos.

A Administração adota uma estrutura de controle que envolve a Companhia como um todo. Essa estrutura é composta pelo:

- 1) Conselho de Administração, que compete a fixação da orientação geral dos negócios da ELETROPAR, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos;
- 2) Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compete, dentre outras funções, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- 3) Diretor Superintendente e de Relação com Investidores, que compete, dentre outras funções, propor diretrizes e planos de negócios para a ELETROPAR, de acordo com perfil de rentabilidade e risco da empresa;
- 4) Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Devido a estrutura reduzida da Companhia e as características de suas operações, (empresa de participações), a Administração optou pela não implementação de política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Eletropar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e não possui operações associadas a instrumentos derivativos tais como "Total Equity Return Swap", entre outros.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Administração não realiza procedimentos específicos para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles Internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

A Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Departamento de Contabilidade e Orçamento – principal área responsável pelas demonstrações financeiras, subordinada ao Diretor Superintendente e de Relação com Investidores, responsável pelo estabelecimento da adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas pela Auditoria Interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2015, auditados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Alterações significativas

Não houve alterações significativas que venham a reduzir ou aumentar a exposição da Companhia aos riscos descritos na seção 4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. Outras inf. relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Comentários dos diretores****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2015	2014	2013
Liquidez Geral	2,92	4,94	5,59
Liquidez Corrente	5,58	48,88	30,59
Endividamento total sobre Ativo	16,06%	8,24%	6,90%
Retorno do Patrimônio Líquido	3,66%	(2,09%)	2,37%
Margem Líquida	152,92%	(27,98%)	112,98%

No exercício findo em 2015, identifica-se que 93,2% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2015	2014	2013
Capital de Terceiros	16,06%	8,24%	7,00%
Capital Próprio	83,94%	91,76%	93,00%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de 16,06% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 5 milhões em 31 de dezembro de 2015.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)								
ATIVO	31/12/2015 (a)	AV	31/12/2014 (b)	AV	Variação % ((a-b)/b)	31/12/2013 (c)	AV	Variação % ((a-c)/c)
CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.388	3%	14.529	9%	-63%	54.240	36%	-90%
Títulos de Valores Mobiliários	64.053	37%	42.075	27%	52%	-	0%	100%
Remuneração dos investimentos	91	0%	552	0%	-84%	1.211	1%	-93%
Ativos fiscais a compensar	3.919	2%	2.518	2%	56%	1.803	1%	117%
Outros Créditos	316	0%	-	0%	100%	-	0%	100%
Contas a Receber com Partes Relacionadas	2.384	1%	-	0%	100%	-	0%	100%
	76.151	44%	59.674	39%	28%	57.254	38%	33%
NÃO CIRCULANTE								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Contas a Receber - Eletronet	2.768	2%	-	0%	100%	-	0%	100%
Ativos fiscais a compensar	2.192	1%	2.741	2%	-20%	2.741	2%	-20%
Depósitos judiciais	54	0%	51	0%	6%	48	0%	12%
	5.014	3%	2.792	2%	80%	2.789	2%	80%
INVESTIMENTOS								
Avaliados por equivalência patrimonial	29.345	17%	28.035	18%	5%	23.548	15%	25%
Avaliados a valor justo	62.178	36%	62.974	41%	-1%	68.997	45%	-10%
IMOBILIZADO	37	0%	57	0%	-35%	28	0%	33%
INTANGÍVEL	28	0%	19	0%	44%	19	0%	47%
	96.602	56%	93.877	61%	3%	95.381	62%	1%
TOTAL DO ATIVO	172.753	100%	153.551	100%	13%	152.635	100%	13%
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Remuneração aos acionistas	1.341	1%	-	0%	100%	800	1%	68%
Contas a pagar	11.461	7%	876	1%	1208%	817	1%	1303%
Tributos e contribuições sociais	218	0%	134	0%	62%	33	0%	557%
Obrigações estimadas	316	0%	211	0%	50%	221	0%	43%
Provisões para riscos trabalhistas	300	0%	-	0%	100%	-	0%	100%
	13.636	8%	1.221	1%	1017%	1.871	1%	629%
NÃO CIRCULANTE								
Imposto de renda e contrib. social diferidos	11.342	7%	11.428	7%	-1%	8.860	6%	28%
Contas a Pagar - Cedentes	2.768	2%	-	0%	100%	-	0%	100%
	14.110	8%	11.428	7%	23%	8.860	6%	59%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	118.054	68%	118.054	77%	0%	118.054	77%	0%
Reserva legal	481	0%	215	0%	123%	3.159	2%	-85%
Dividendo adicional proposto	4.020	2%	-	0%	100%	2.401	2%	67%
Ajustes de avaliação patrimonial	22.452	13%	22.633	15%	-1%	18.290	12%	23%
	145.007	84%	140.902	92%	3%	141.904	93%	2%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.753	100%	153.551	100%	13%	152.635	100%	13%

Caixa e equivalente de caixa e Títulos de valores mobiliários

Até o exercício de 2013, as aplicações no Fundo Extramercado do BB eram apresentadas dentro da conta de “Caixa e equivalente de caixa”. A partir de 2014 foi feita a segregação, deixando nesta conta apenas os valores de banco e as aplicações com vencimento até 90 dias. As demais estão registradas na conta de Título de valores mobiliários.

Remuneração dos investimentos

Nesta conta são classificados os valores declarados à título de dividendos das investidas não classificadas como controladas e coligadas, e ainda não recebidos. Houve uma queda no pagamento de dividendos entre os exercício de 2013 a 2015.

Ativos fiscais a compensar (Circulante e não Circulante)

Em relação à rubrica de ativos fiscais a compensar é possível verificar a ocorrência de um crescimento. Tal crescimento é explicado pelo acúmulo de créditos fiscais decorrentes, em grande parte, da retenção na fonte sobre o rendimento da aplicação financeira, que não foram integralmente utilizados em função da redução do resultado tributável da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber com partes relacionadas (circulante) e Contas a receber – Eletronet (não circulante)

A Eletropar possui créditos junto a Eletronet. Esses créditos estavam integralmente provisionados devido a situação de falência da Eletronet.

Em 15 de dezembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet. Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu a parcela à vista, sendo o restante parcelado. O valor a receber está registrado conforme a forma de parcelamento, entre o circulante e o não circulante.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte), descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

Remuneração aos acionistas

Corresponde ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios a pagar. Como em 2014 a Companhia não obteve lucro, não houve declaração de dividendos a distribuir.

Contas a pagar (circulante) e contas a pagar – cedentes (não circulante)

Nesta conta são registrados os valores das despesas com pessoal e contratação de serviços prestados em 2015 e não pagos dentro do exercício. Porém, a variação ocorrida entre os exercícios de 2013, 2014 e 2015 é explicada pela variação do contas a receber. Pois, como os créditos da Eletronet devem ser repassados as cedentes, no momento em que se registrou o direito, foi registrada a obrigação.

Provisão para riscos trabalhistas

Refere-se a uma causa trabalhista que pela avaliação dos advogados da Companhia, a chance de perda é provável.

Reserva legal

Como em 2014 a Companhia apresentou resultado negativo, foi aprovada em Assembleia a utilização da reserva legal para compensar o prejuízo do exercício.

Dividendo adicional proposto

Nesta conta são lançados os dividendos declarados além do mínimo obrigatório. Como em 2014 não o resultado da Companhia foi negativo, não houve dividendos declarados. Em 2013 houve declaração de pagamento de dividendos, porém o resultado da Companhia foi inferior ao de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas de Resultado de 2015, 2014 e 2013.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(em milhares de Reais)

	01/01/2015 a 31/12/2015 (a)	AV	01/01/2014 a 31/12/2014 (b)	AV	Variação ((a-b)/b)	01/01/2013 a 31/12/2013 (c)	AV	Variação ((a-c)/c)
RECEITAS OPERACIONAIS								
Dividendos	198	6%	3.715	35%	-95%	2.206	74%	-91%
Juros sobre capital próprio	46	1%	416	4%	-89%	91	3%	-50%
Participação societária	3.228	93%	6.390	61%	-49%	679	23%	375%
	3.472	100%	10.521	100%	-67%	2.976	100%	17%
DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros, Tributos e Outras	(4.810)	-139%	(3.997)	-38%	20%	(4.732)	-159%	2%
Reversão (Provisões) operação	300	9%	-	0%	100%	1.712	58%	100%
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(189)	-5%	(13.935)	-132%	-99%	-	0%	100%
Perda na subscrição	-	0%	(679)	-6%	-100%	-	0%	100%
Provisão processo trabalhista	(300)	-9%	-	0%	100%	-	0%	100%
	(4.998)	-144%	(18.611)	-177%	-73%	(3.020)	-101%	65%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.526)	-44%	(8.090)	-77%	81%	(44)	-1%	-3372%
RESULTADO FINANCEIRO	7.462	215%	5.665	54%	32%	3.416	115%	118%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.936	171%	(2.425)	-23%	345%	3.372	113%	76%
Imposto de renda e contribuição social	(626)	-18%	(519)	-5%	21%	(9)	0%	6527%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.310	153%	(2.944)	-28%	280%	3.363	113%	58%

Receitas operacionais

Redução dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas empresas investidas. Em 2014 foi realizada a reversão do ajuste na equivalência da investida EMAE, o que elevou a receita com participação societária.

Despesas operacionais

No exercício de 2014 foi registrada perda nos investimentos na Eletropaulo devido à queda relevantes no valor da cotação de suas ações.

Quanto as despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, tributos e outras, a principal variação foram nas despesas com pessoal. No exercício de 2014 havia uma vaga em aberto que só foi preenchida em 2015, devido a isso, a despesa com pessoal sofreu um aumento se comparada com a despesa de 2014.

Resultado Financeiro

Em virtude do maior valor aplicado e do aumento nas taxas de juros, o resultado financeiro veio apresentando melhoras entre os exercícios.

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

O resultado da companhia, em 2014, foi fortemente impactado pelo registro da perda com a investida Eletropaulo.

A companhia apresentou desempenho melhor em 2015, em virtude, principalmente, do seu resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos diretores

a. Resultado das operações:

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no quarto trimestre de 2015, lucro líquido no valor de R\$ 365, inferior em 8,46% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 399. No exercício de 2015, a companhia apresentou lucro de R\$ 5.310, superior em 280,38% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve prejuízo no valor de R\$ 2.944.

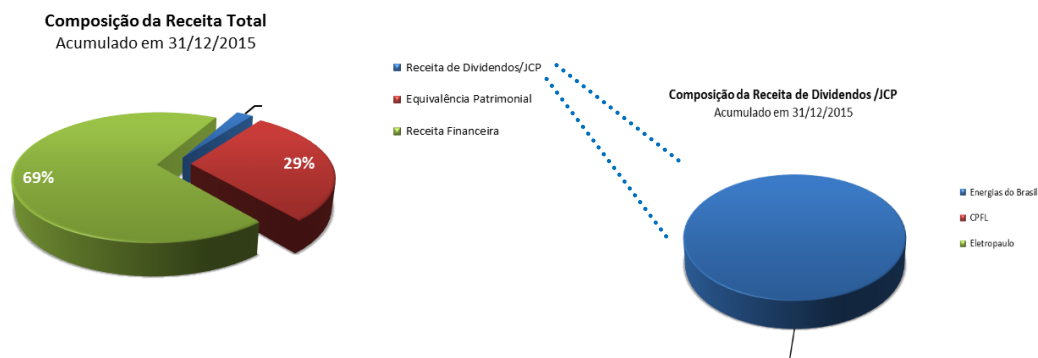
As Receitas Totais de 2015, no montante de R\$ 10.985, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 32,85% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2014, estas no montante de R\$ 16.358.

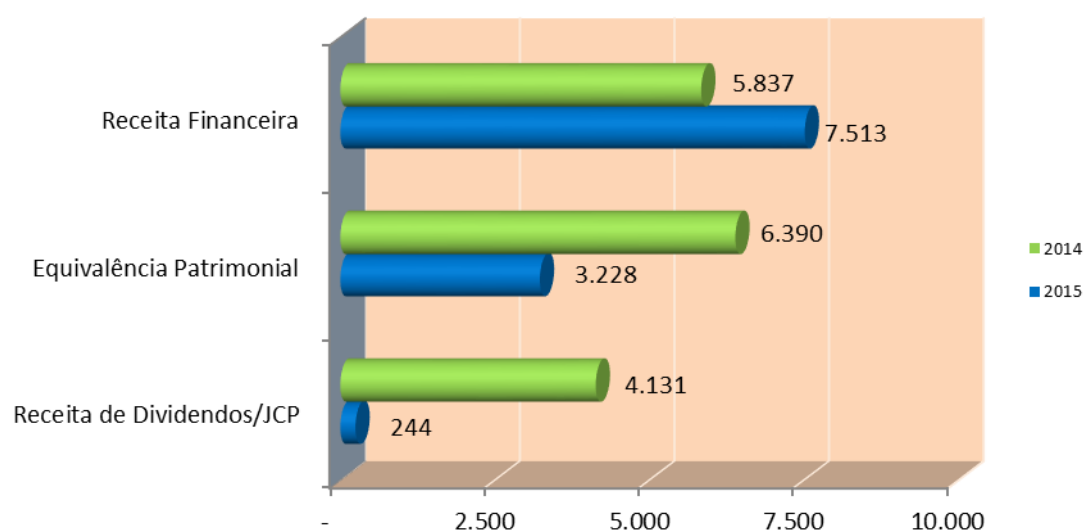
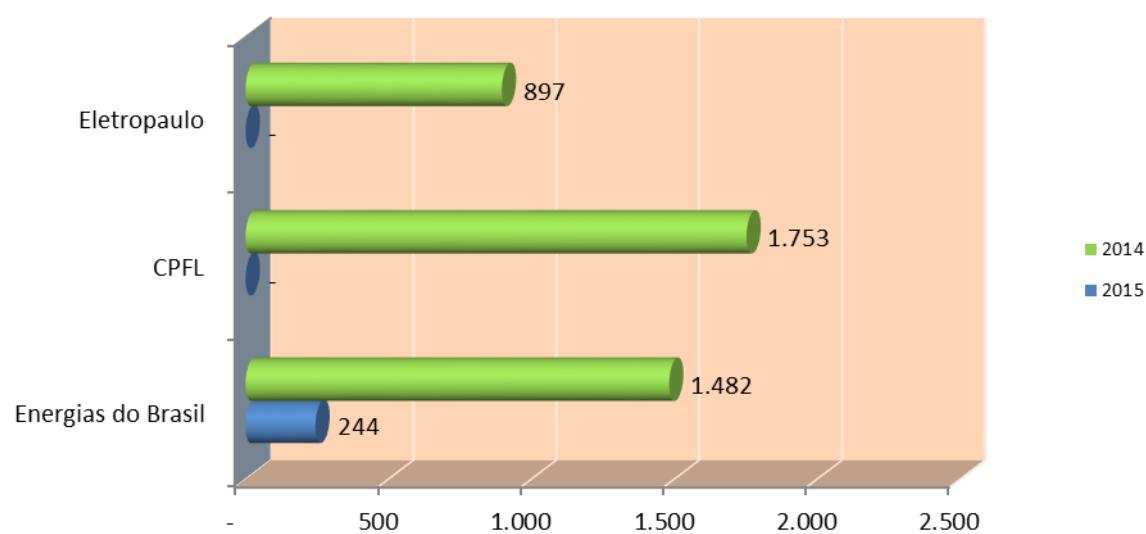
A redução na Receita Total se explica em decorrência da queda na receita de equivalência e do reconhecimento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio declarados apenas pela investida Energias do Brasil. (vide gráfico 2)

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2015:

Gráfico 1: Composição da Receita Total



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Gráfico 2: Comparativo 2015 versus 2014 - Receitas Totais****Gráfico 3: Comparativo 2015 versus 2014 - Receita de Dividendos/JCP por investida**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Resultado Financeiro em 2015, no montante de R\$ 7.462, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou aumento de 31,70% quando comparado ao apurado no exercício de 2014, cujo valor foi de R\$ 5.665. Tal efeito pode ser explicado pela elevação da taxa que rentabiliza os fundos e pelo maior recurso financeiro aplicado.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 4.998, em 2015, observa-se uma redução na ordem de 73,15%, em relação ao exercício de 2014, quando seu valor foi de R\$ 18.611.

Importante ressaltar que no ano de 2014, foram reconhecidas a perda na subscrição das ações da CTEEP e a provisão para redução ao valor recuperável das ações da Eletropaulo, no montante total de R\$ 14.614. Assim, caso tais perdas e reversões não tivessem sido realizadas as despesas operacionais em 2015 e 2014 totalizariam, respectivamente, o valor de R\$ 4.809 e R\$ 3.997. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2015 com o de 2014 (ajustado sem o efeito das perdas e da reversão da provisão) mostraria um aumento na ordem de 20,30%, em função da elevação de gastos com pessoal e da provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais trabalhista.

Parte do aumento com gastos de pessoal justifica-se em virtude do acordo coletivo celebrado em 2015 e da requisição de um empregado da ELETROBRAS, para suprir a vaga que encontrava-se em aberto desde o retorno do contador para a ELETROBRAS em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Até a data deste Formulário de Referência não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencentes à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Eletrosul – Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte", que, quando citadas em conjunto, são denominadas de "Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("ELETROBRAS"), por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso, celebrado entre ELETROPAR e as Cedentes, e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e ELETROPAR (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.), em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração.

A composição acionária da Eletronet é de 49% do capital social da ELETROPAR e 51% da AES Bandeirante Empreendimentos LTDA.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

Cabe destacar que a ELETROPAR além de acionista da Eletronet, também é credora.

No dia 15 de dezembro de 2015 foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., requerida pelos credores representativos de mais de um quarto do passivo habilitado, com fulcro no artigo 122 do Decreto-Lei n.º 7.661/45. Os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Em 18 de dezembro de 2015 foi proferida sentença, nos autos da ação de falência da Eletronet S.A. ("Eletronet"), a qual, dentre outras disposições: (i) homologou as

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores de 15 de dezembro de 2015; e (ii) decretou o encerramento da falência da Eletronet, com o retorno ao pleno exercício dos direitos societários por seus acionistas e a retomada das atividades regulares da Eletronet.

Em 24 de fevereiro de 2016, foi proferida a decisão do Juízo Falimentar, na qual foi condicionada a entrega da administração da Eletronet aos acionistas após o cumprimento de dois pontos pela Síndica, quais sejam: (i) a implementação dos pagamentos à vista autorizados pela Assembleia de Credores, e (ii) a publicação do edital mencionado no § 2º do art. 132 da Lei de Falências; tal como já determinado no item III da sentença às fls. 12.524.

Em 07 de abril de 2016, foi realizada a Ata da Entrega das Chaves da Eletronet S.A., com a presença da Dra. Renata Vilela Multedo, Síndica da Massa Falida da Eletronet S.A., os representantes legais das acionistas da Eletronet S.A., LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR, e os novos administradores da Companhia, eleitos no dia 11 de março de 2016.

Após cumpridas integralmente todas as deliberações da Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., realizada em 15/12/2015, formalizou-se, neste ato, a entrega das chaves da Eletronet S.A. pela Síndica aos acionistas e administradores eleitos.

Em virtude desses fatos, as demonstrações financeiras da Companhia serão afetadas pela equivalência patrimonial, a partir do segundo trimestre de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios de 2015, 2014 e 2013.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios de 2015, 2014 e 2013.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

No relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 30 de março de 2016, opinião sem ressalva, sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2015, consta a seguinte ênfase:

"Ênfase

Conforme mencionado na nota 10, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A - CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão, no montante de R\$ 1.490.986 mil (feito na Companhia - R\$ 9.766 mil), que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto."

Em relação à ênfase apresentada por nossos auditores independentes, a Administração da Eletropar entende que não há necessidade de se realizar o reconhecimento de qualquer redução no valor do investimento em relação aos ativos de transmissão mantidos pela investida CTEEP. Entendemos que a divulgação em nota explicativa (vide nota explicativa às Demonstrações Financeiras, no 10) da situação apresentada na ênfase de nossos auditores é suficiente para o adequado entendimento das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações.

Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de impairment, base de determinação do ativo financeiro de concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, de acordo com a Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes. Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Plano de Negócios****a. Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Até 31 de dezembro de 2015, o único investimento realizado pela Companhia foram na aquisição de equipamentos de informática no valor de 15 mil reais.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de recursos próprios obtidos por meio dos seus resultados.

A Companhia não possui empréstimos e nem financiamentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

c. novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

Não há na Eletropar despesas com patrocínio, parcerias e convênios. As despesas com publicidade correspondem apenas as despesas com publicidade legal, que são as despesas com publicações das demonstrações financeiras, edital de licitação, extrato de contrato e edital de convocação de Assembleia.

Segue abaixo as despesas com publicidade Legal (R\$ mil):

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Publicidade legal	392	393	507